

ANEXO 01
REGULAMENTO DA CONCESSÃO

DECRETO Nº [--], DE [--].

Aprova o Regulamento da Concessão para a prestação dos serviços públicos de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema Rodoviário constituído pela Rodovia SP 266 do quilômetro 490+225 ao 509+036, pela Rodovia SP 333 do quilômetro 212+450 ao 400+988 e do 404+251 ao 450+990, pela Rodovia SP 294 do quilômetro 451+700 ao 458, pela Rodovia SP 349 do quilômetro 41+510 ao 42+493, pela Rodovia SP 322 do quilômetro 307+590 ao 390+500, pela Rodovia SP 328 do quilômetro 323+130 ao 337+010 e do quilômetro 468+390 ao 475+740, pela Rodovia SP 351 do quilômetro 127+330 ao 150+440, pela Rodovia SP 330 do quilômetro 318+500 ao 450+110, pelo SPA 502/266 do quilômetro 0 ao 1+170, pelo SPA 458/294 do quilômetro 0 ao 1+964, pelo SPA 321/322 do quilômetro 0 ao 3+560, pelo SPA 325/322 do quilômetro 0 ao 8+550, pelo SPA 336/322 do quilômetro 0 ao 0+150, pelo SPA 343/322 do quilômetro 0 ao 9+750, pelo SPA 375/322 do quilômetro 0 ao 3+000, pelo SPA 468/328 do quilômetro 0 ao 2+200, pelo SPA 470/328 do quilômetro 0 ao 1+490, pelo SPA 327/330 do quilômetro 0 ao 5+500, pelo SPA 355/330 do quilômetro 0 ao 6+077, pelo SPA 410/330 do quilômetro 0 ao 0+300, pelo SPA 245/333 do quilômetro 0+070 ao 2+605 e do quilômetro 3+610 ao 13+205, pelo SPA 274/333 do quilômetro 0 ao 0+300, pelo SPA 370/333 do quilômetro 0 ao 0+464, pelo SPA 409/333 do quilômetro 0 ao 3+420 e pelo SPA 135/351 do quilômetro 0 ao 1+300.

GERALDO ALCKMIN, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO

- (i) as disposições da Lei n.º 9.361, de 5 de julho de 1996, que instituiu o Programa Estadual de Desestatização;
- (ii) o disposto no Decreto nº [--], de [--], que autoriza a realização de Concorrência Internacional para a CONCESSÃO dos Serviços Públicos de Exploração do Sistema Rodoviário constituído pela malha Rodoviária Estadual apresentada no cabeçalho deste Decreto; e

(iii) as diretrizes aprovadas pelo Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização – PED, registradas nas atas de suas [--]^a e [--] Reunião Ordinária, realizadas, respectivamente, em [--] e [--], publicadas no Diário Oficial do Estado nas edições de [--] e [--], e disponíveis para acesso também por meio do sítio www.parcerias.sp.gov.br,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regulamento da CONCESSÃO dos Serviços Públicos de Exploração do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual apresentada no cabeçalho deste Decreto abrangendo os municípios de Florínea, Pedrinhas Paulista, Cruzália, Tarumã, Assis, Platina, Echaporã, Marília, Júlio Mesquita, Guarantã, Cafelândia, Pongai, Uru, Novo Horizonte, Borborema, Ribeirão Preto, Sertãozinho, Pontal, Pitangueiras, Viradouro, Bebedouro, Jardinópolis, Sales Oliveira, Orlândia, São Joaquim da Barra, Guará, Ituverava, Buritizal, Aramina e Igarapava, conforme representação gráfica anexa ao presente decreto.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da data de Assinatura do Termo de Transferência Inicial, a ser celebrado entre o representante do Estado de São Paulo e a Concessionária, e que marca a transferência do controle do Sistema Existente, assim como o início da vigência da CONCESSÃO.

Palácio dos Bandeirantes, [data].

GERALDO ALCKMIN

[lista de assinaturas]

Publicado no Diário Oficial do Estado em [data].

REGULAMENTO DA CONCESSÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO CONSTITUÍDO PELA RODOVIA SP 266 DO QUILOMETRO 490+225 AO 509+036, PELA RODOVIA SP 333 DO QUILOMETRO 212+450 AO 400+988 E DO 404+251 AO 450+990, PELA RODOVIA SP 294 DO QUILOMETRO 451+700 AO 458, PELA RODOVIA SP 349 DO QUILOMETRO 41+510 AO 42+493, PELA RODOVIA SP 322 DO QUILOMETRO 307+590 AO 390+500, PELA RODOVIA SP 328 DO QUILOMETRO 323+130 AO 337+010 E DO QUILOMETRO 468+390 AO 475+740, PELA RODOVIA SP 351 DO QUILOMETRO 127+330 AO 150+440, PELA RODOVIA SP 330 DO QUILOMETRO 318+500 AO 450+110, PELO SPA 502/266 DO QUILOMETRO 0 AO 1+170, PELO SPA 458/294 DO QUILOMETRO 0 AO 1+964, PELO SPA 321/322 DO QUILOMETRO 0 AO 3+560, PELO SPA 325/322 DO QUILOMETRO 0 AO 8+550, PELO SPA 336/322 DO QUILOMETRO 0 AO 0+150, PELO SPA 343/322 DO QUILOMETRO 0 AO 9+750, PELO SPA 375/322 DO QUILOMETRO 0 AO 3+000, PELO SPA 468/328 DO QUILOMETRO 0 AO 2+200, PELO SPA 470/328 DO QUILOMETRO 0 AO 1+490, PELO SPA 327/330 DO QUILOMETRO 0 AO 5+500, PELO SPA 355/330 DO QUILOMETRO 0 AO 6+077, PELO SPA 410/330 DO QUILOMETRO 0 AO 0+300, PELO SPA 245/333 DO QUILOMETRO 0+070 AO 2+605 E DO QUILOMETRO 3+610 AO 13+205, PELO SPA 274/333 DO QUILOMETRO 0 AO 0+300, PELO SPA 370/333 DO QUILOMETRO 0 AO 0+464, PELO SPA 409/333 DO QUILOMETRO 0 AO 3+420 E PELO SPA 135/351 DO QUILOMETRO 0 AO 1+300

CAPÍTULO I

Do Objetivo

Artigo 1º - Este Regulamento tem por objetivo disciplinar a exploração, manutenção, conservação e realização dos investimentos necessários, mediante CONCESSÃO, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual apresentada no cabeçalho deste Decreto, abrangendo os municípios de Florínea, Pedrinhas Paulista, Cruzália, Tarumã, Assis, Platina, Echaporã, Marília, Júlio Mesquita, Guarantã, Cafelândia, Pongaí, Uru, Novo Horizonte, Borborema, Ribeirão Preto, Sertãozinho, Pontal, Pitangueiras, Viradouro, Bebedouro, Jardinópolis, Sales Oliveira, Orlândia, São Joaquim da Barra, Guará, Ituverava, Buritizal, Aramina e Igarapava, integrante do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, compreendendo sua execução, gestão e fiscalização, conforme autorizado pelo Decreto nº [--], de [--].

Artigo 2º - O Sistema Rodoviário, objeto da CONCESSÃO, é constituído pelo conjunto de pistas de rolamento, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos neles contidos, com extensão aproximada de 570 kms, compreendendo os trechos da malha rodoviária apresentados no cabeçalho deste Decreto.

Artigo 3º - Ao Sistema Rodoviário descrito no artigo 2º serão incorporadas todas as ampliações a serem implantadas durante o período da CONCESSÃO, que passarão a integrar sua faixa de domínio.

CAPITULO II

Dos Serviços Previstos no Sistema Rodoviário

Artigo 4º - Os serviços e demais atividades operacionais a serem executados no Sistema Rodoviário são classificados em:

- I. Delegados;
- II. Não delegados;
- III. Complementares.

Parágrafo Único - A descrição e o detalhamento de cada uma das categorias estabelecidas neste Capítulo, bem como as atividades que deverão ser realizadas pela CONCESSIONÁRIA no âmbito da Concessão, serão apresentadas no Edital de Licitação, no Contrato de Concessão, bem como em seus respectivos Anexos.

Artigo 5º - São **serviços delegados**, de competência específica da CONCESSIONÁRIA, que deverão ser realizados de acordo com o regramento estabelecido no Edital de Licitação e no Contrato de Concessão, bem como respectivos Anexos:

- I. Serviços correspondentes a **funções operacionais**, compreendendo especialmente, mas sem a eles se limitar:
 - a. Operação de sistema integrado de supervisão e controle de tráfego;
 - b. Operação do sistema operacional de cobrança de pedágio, incluindo a arrecadação da tarifa, tanto por meio de pagamento manual, quanto por meio de pagamento automático, o controle do tráfego de veículos e o controle financeiro e contábil dos valores arrecadados;
 - c. Implantação de sistema operacional de arrecadação baseado no conceito de Free Flow (fluxo livre) e na cobrança de tarifas que reflitam a quilometragem percorrida pelos Usuários, conforme os termos do Edital e do Contrato da CONCESSÃO
 - d. Operação dos postos fixos e móveis, de pesagem estática e dinâmica de veículos, incluindo a pesagem propriamente dita, inclusive por meio de sistema de pesagem em movimento;
 - e. Prestação de apoio aos Usuários, incluindo, entre outros, primeiros socorros e atendimento médico a vítimas de acidentes de trânsito, com eventual remoção a

hospitais; atendimento mecânico a veículos avariados; guinchamento; desobstrução de pista; monitoramento de 100% do Sistema Rodoviário concedido, com implantação de sistemas para identificação de emergências, inclusive automático ou por meio de serviço de telefonia e orientação e informação aos Usuários;

- f. Inspeção de pista, da faixa de domínio e de áreas remanescentes, sinalização comum e de emergência e apoio operacional aos demais serviços;
- h. Elaboração e implantação de esquemas operacionais extraordinários, incluindo operações especiais para atendimento de pico, desvios de tráfego para a execução de obras, operações especiais para o transporte de cargas excepcionais e de cargas perigosas e esquemas especiais para eventos esportivos e outros, no Sistema Rodoviário;
- i. Elaboração e implantação de planos e esquemas operacionais para atendimento a situações de emergência, tais como incêndios, neblina, acidentes com produtos perigosos, desabamentos, inundações e outros que possam afetar diretamente a fluidez e a segurança do tráfego ou vir a provocar consequências ambientais;
- j. Monitoração das condições de tráfego na rodovia.
- k. Prestação de informações para integração do Centro de Controle de Informações da ARTESP, bem como implantação dos sistemas digitais de gerenciamento, monitoramento e acompanhamento das atividades, assegurando que os dados e informações gerados sejam acessíveis pela ARTESP, conforme o regramento estabelecido no Edital de Licitação e no Contrato da CONCESSÃO.
- l. Disponibilização de rádio *FM* dedicada, para noticiar condições do Sistema Rodoviário concedido, devendo para tanto obter as autorizações necessárias, conforme regramento estabelecido no Contrato da CONCESSÃO.

II. Serviços correspondentes a **funções de conservação**, compreendendo especialmente:

- a. Conservação de rotina dos elementos que compõem o Sistema Rodoviário incluindo: pavimento, drenagem, túneis, obras de arte especiais, sinalização, dispositivos de segurança rodoviária, revestimento vegetal e demais elementos da faixa de domínio, sistemas de controle e automação, sistemas de telecomunicação, instalações prediais, pátios operacionais e de suporte, sistemas de eletrificação e sistemas de iluminação;
- b. Conservação especial de todos os elementos que compõem o Sistema Rodoviário, relacionados na alínea “a” deste inciso, visando à preservação do empreendimento original, incluindo serviços de recapeamento de pista, recuperação de pavimento de concreto, recuperação de obras de arte especiais,

substituição de sinalização vertical e horizontal, substituição de equipamentos de controle, arrecadação, comunicação e automação, reforma de instalações e outros similares;

- c. Conservação de emergência visando repor, reconstruir ou restaurar, de imediato, às condições normais, trecho de rodovia que tenha sido obstruído, bem como instalações e equipamentos e demais elementos da rodovia, danificados por qualquer causa;
- d. Disponibilização e manutenção de ouvidoria e sistemas e canais de comunicação e relacionamento com os Usuários, de acordo com regramento estabelecido no Edital e Contrato da CONCESSÃO, e com as normas legais e infralegais vigentes, bem como em regulamento editados pela ARTESP.

III. Serviços correspondentes a **funções de ampliação**, compreendendo especialmente:

- a. As obras de ampliação, nos termos e condições a serem definidos no Edital de Licitação, especialmente os Investimentos Iniciais, que consistem na (i) duplicação da Rodovia SP 333 no trecho compreendido entre os quilômetros 212+450 e 314+400, nos Municípios de Borborema, Novo Horizonte, Pongai, Cafelândia, Guarantã, Júlio Mesquita e Marília; (ii) duplicação da Rodovia SP 333 no trecho compreendido entre os quilômetros 337+050 e 400+988, nos Municípios de Marília, Echaporã, Assis e Platina; (iii) duplicação da Rodovia SP 333 no trecho compreendido entre os quilômetros 411+250 e 422+500, nos Municípios de Assis e Tarumã; (iv) duplicação da Rodovia SP 333 no trecho compreendido entre os quilômetros 427+050 e 450+990, nos Municípios de Tarumã e Florínea; e (v) pavimentação da Rodovia SP 351 no trecho compreendido entre os quilômetros 127+330 e 128+700, no Município de Viradouro;
- b. Equacionamento de interferências com os sistemas de infraestrutura e de serviços públicos existentes e futuros, especialmente os sistemas viários e o estabelecimento de acessos a sistemas de transporte;
- c. Implantação ou adequação aos níveis de serviço e atendimento aos Indicadores de Desempenho e às normas de segurança, de acessos, intersecções e dispositivos de segurança, durante todo o período da CONCESSÃO;
- d. Implantação de marginais, de pistas reversíveis, de faixas adicionais e de faixas de aceleração e desaceleração, principalmente aquelas necessárias ao atendimento de aumento de demanda ou de necessidade de controle de tráfego;
- e. Operação e readaptação de sistema de controle de peso para veículos de carga, incluindo pesagem dinâmica e balanças móveis pesagem, compreendendo, sistemas de pesagem em movimento, conforme o regramento exposto no Edital e no Contrato da CONCESSÃO;

- f. Implantação e readaptação de instalações de uso nas atividades de fiscalização e policiamento de trânsito e transporte;
- g. Implantação e readaptação de instalações e equipamentos de uso nas atividades de operação de sistema integrado de supervisão e controle de tráfego;
- h. Implantação e readaptação de praças de pedágio e de sistema de pedágio eletrônico, inclusive a operação de sistema *free flow*, considerando eventuais adaptações necessárias para compatibilização a novos programas e políticas de cobrança de tarifas propostos pelo Estado de São Paulo, nos termos do Edital de Licitação e no Contrato de CONCESSÃO;
- i. Implantação de sistema de monitoramento de 100% do Sistema Rodoviário concedido, e sistema de atendimento emergencial, inclusive implantação de sistema de comunicação e de chamada para Usuários;
- j. Implantação de dispositivos de segurança;
- k. Implantação de paisagismo;
- l. Implantação dos sistemas digitais de gerenciamento de projetos e de obras, e dos demais sistemas digitais especificados no Contrato da CONCESSÃO, conferindo compartilhamento com a ARTESP de dados, informações e documentos relacionados ao objeto do Contrato;
- m. Instalação de plataforma digital que ficará disponível para acesso irrestrito da sociedade, por meio do qual quaisquer interessados poderão sugerir melhorias, eventuais investimentos e quaisquer outros temas pertinentes às revisões ordinárias, cabendo à Concessionária o gerenciamento de tais demandas.

Artigo 6º - São **serviços não delegados** aqueles de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da CONCESSÃO, tais como:

- I. Policiamento ostensivo de trânsito, preventivo e repressivo;
- II. Fiscalização e autuação de infrações relativas a:
 - a. Veículo;
 - b. Documentação;
 - c. Motorista;
 - d. Regras de circulação, estacionamento e parada;
 - e. Excesso de peso.
- III. Emissão de outorgas, nos termos da lei, referentes a:
 - a. Serviços de transporte coletivo de caráter rodoviário, internacional, interestadual e intermunicipal;

- b. Serviços de transporte coletivo de caráter urbano, intermunicipal, suburbano, metropolitano ou municipal;
- c. Serviços de transporte de trabalhadores rurais ou de pessoas em veículos de carga;
- d. Realização de eventos na rodovia;
- e. Serviços de transporte de cargas excepcionais e de cargas perigosas.

IVV. Declaração de Utilidade Pública e Declaração de Interesse Social e emissão dos respectivos decretos

§ 1º - - Dependerão de autorização do PODER CONCEDENTE, a pedido da CONCESSIONÁRIA, na forma regulamentada nas normas vigentes:

- 1. Ocupação de faixa de domínio, observadas as restrições constantes do Edital e no Contrato da Concessão, bem como a regulamentação vigente;
- 2. Acesso às propriedades lindeiras ao Sistema Rodoviário concedido, caso a legislação superveniente venha autorizar sua implantação, reformulação ou construção.

§ 2º - O Edital de Licitação e o Contrato de Concessão, bem como seus respectivos Anexos, especificarão as demais atividades que dependerão de autorização do PODER CONCEDENTE, ou de prévia anuência da ARTESP, para que possam ser exploradas pela CONCESSIONÁRIA ou por terceiros.

Artigo 7º - São **serviços complementares** aqueles considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter serviço adequado em todo o Sistema Rodoviário, a serem prestados diretamente pela CONCESSIONÁRIA ou por terceiros por ela contratados, com aprovação prévia da ARTESP.

Artigo 8º - Para execução dos **serviços delegados**, especialmente no que se refere à operação de sistema integrado de supervisão e controle de tráfego, arrecadação e controle do pedágio, sistema de controle de peso de veículos e sistemas de comunicação, a CONCESSIONÁRIA deverá implantar sistemas tecnologicamente atualizados, que permitam integral automatização e maior segurança das operações, além do compartilhamento de dados, informações e documentos que permitam a devida fiscalização dos serviços pela ARTESP.

Parágrafo único - Os sistemas de controle e automação a que se refere este artigo deverão permitir integral aplicação dos serviços não delegados, especialmente no que se refere à fiscalização de trânsito.

CAPÍTULO III

Das Responsabilidades da CONCESSIONÁRIA

Artigo 9º - Inserem-se entre os deveres da CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo de CONCESSÃO, conforme detalhamento e definição conferida pelo Edital de Licitação e pelo Contrato de Concessão, bem como por seus respectivos Anexos:

- I. Acionar os recursos à sua disposição a fim de garantir a fluidez do tráfego, assegurando aos Usuários o recebimento de SERVIÇO ADEQUADO;
- II. Submeter à aprovação da ARTESP o esquema de circulação alternativo que pretende adotar quando da realização de obra ou operação que obrigue a interrupção de faixa ou faixas do Sistema Rodoviário;
- III. Divulgar adequadamente, inclusive por meio de painéis automáticos instalados no Sistema Rodoviário e anúncios publicados via rádio *FM* dedicada, ao público em geral e ao Usuário em particular, a ocorrência de situações excepcionais, a adoção de esquemas especiais de operação e a realização de obras no Sistema Rodoviário;
- IV. Divulgar adequadamente, inclusive por meio de painéis automáticos instalados no Sistema Rodoviário e anúncios publicados via rádio *FM* dedicada, as eventuais alterações nos valores das tarifas praticadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da efetiva alteração, observando o regramento do Contrato da CONCESSÃO e as exigências da ARTESP
- V. Implantar as recomendações de segurança estabelecidas pela ARTESP e realizar monitoramento de 100% do Sistema Rodoviário por meio de sistemas adequados, inclusive por meio de sistemas de vídeo e identificação automática de emergências, bem como manter disponíveis recursos humanos e materiais para elaboração e implementação de estruturas de atendimento a situações de emergência;
- VI. Zelar pela prevenção e extinção de ocorrências de incêndio, inclusive e especialmente nas áreas que margeiam a faixa de domínio do Sistema Rodoviário;
- VIII. Implantar sistema de prevenção de acidentes em casos de ocorrência de neblina no Sistema Rodoviário;
- VIII. Apoiar as atividades de fiscalização e policiamento;
- IVIII. Acompanhar e ativar a atuação de entidades públicas, tais como polícia civil e militar, bombeiros, órgãos do meio ambiente, órgãos federais, estaduais e municipais, no Sistema Rodoviário, sempre que necessário;
- IX. Executar serviços de ampliação e melhoramentos destinados a adequar a capacidade da infraestrutura à demanda e aumentar a segurança e a comodidade dos Usuários;
- XI. Executar todas as obras, serviços, controles e atividades relativos à CONCESSÃO, com zelo, diligência e economia, utilizando a melhor técnica aplicável a cada uma das

tarefas desempenhadas e obedecendo a normas, padrões e especificações estabelecidos pela ARTESP, adotando providências necessárias à garantia do patrimônio do Sistema Rodoviário, inclusive sua faixa de domínio e seus acessos;

- XI. Zelar pela proteção dos recursos naturais e ecossistemas;
- XIII. Providenciar a obtenção de licenças exigidas pelos agentes de proteção ambiental e cumprir todas as medidas e programas ambientais, nos termos do regramento estabelecido pelo Edital e pelo Contrato da CONCESSÃO;
- XIV. Prestar com zelo os serviços públicos delegados e apoiar a prestação dos serviços não delegados no Sistema Rodoviário;
- XV. Obedecer às medidas determinadas pelas autoridades de trânsito, em caso de acidentes ou situações anormais à rotina;
- XVI. Responder pelo correto comportamento e eficiência de seus empregados e agentes, bem como o de suas contratadas, providenciando para que eles sejam registrados junto às autoridades competentes, portem crachá indicativo de suas funções e estejam instruídos a prestar apoio à ação da autoridade;
- XVII. Cumprir determinações legais relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;
- XVIII. Refazer, de imediato, os serviços sob sua responsabilidade, executados com vícios ou defeitos;
- XIX. Elaborar projetos funcionais e executivos e executar as ações relativas a impacto ambiental;
- XX. Manter, em pontos adequados, próximos às praças de pedágio, sinalização indicativa do valor das tarifas de pedágio e suas variações;
- XXI. Fornecer à ARTESP todos e quaisquer documentos e informações pertinentes ao objeto da CONCESSÃO, inclusive por meio da disponibilização de pares de usuário e senha para que a ARTESP acesse os sistemas digitais que deverão ser implantados pela Concessionária para realização das atividades operacionais descritas no Contrato da CONCESSÃO, facultando à fiscalização, ainda, a realização de auditorias em suas contas;
- XXII. Manter a ARTESP informada sobre toda e qualquer ocorrência não rotineira;
- XXIII. Prestar contas da gestão dos serviços à ARTESP e aos Usuários, nos termos definidos no Contrato de CONCESSÃO;
- XXIV. Responder, perante a ARTESP e terceiros, por todos os atos e eventos de sua competência;
- XXV. Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à CONCESSÃO, além de disponibilizar levantamento de vídeo registro georeferenciado, na periodicidade e de acordo com as regras estabelecidas no Contrato da CONCESSÃO;

- XXVI. Responder pelas eventuais desidias e faltas quanto às obrigações decorrentes da CONCESSÃO, inclusive de suas subcontratadas, nos termos estabelecidos no Contrato da CONCESSÃO;
- XXVII. Implantar pedágio com arrecadação automática e semiautomática e adaptar seus sistemas de cobrança a novos programas e políticas de cobrança de tarifas propostos pelo Estado de São Paulo, nos termos do Edital de Licitação e no Contrato de CONCESSÃO;
- XXVIII. Prestar informações, nos termos e periodicidade estabelecidos no Edital de Licitação e no Contrato da CONCESSÃO, para integração com o Centro de Controle de Informações da ARTESP e demais sistemas digitais especificados para apoiar a realização das atividades de monitoramento e a fiscalização desempenhadas pela ARTESP;
- XXIX. Manter em plena operação e dentro dos padrões estabelecidos os Canais de Relacionamento com os Usuários, bem como os serviços de ouvidoria, previstos nas normas legais e infralegais vigentes, nos termos do Edital de Licitação e Contrato da CONCESSÃO;
- XXXI. Observar o regramento estabelecido no Contrato da CONCESSÃO e normas vigentes quanto ao recebimento da malha rodoviária integrante do Lote 05, objeto do Contrato de Concessão nº 002/CR/1998, firmado com a concessionária VIANORTE S.A., a qual passará a integrar o Sistema Rodoviário a ser explorado pela CONCESSIONÁRIA a partir do término da vigência de referido Contrato de Concessão nº 002/CR/1988;
- XXXII. Observar o regramento estabelecido no Contrato da CONCESSÃO e normativos da ARTESP quanto à devolução do Sistema Rodoviário ou eventual transferência para concessionária que a suceda.

CAPÍTULO IV

Da Fiscalização dos Serviços Concedidos, do Poder de Polícia Administrativa e das Penalidades

Artigo 10 - Estão sujeitas à fiscalização e ao monitoramento, conforme o regramento estabelecido no Edital da Licitação, no Contrato de Concessão e nos Anexos, todas as obras e serviços que serão prestados pela CONCESSIONÁRIA no âmbito da CONCESSÃO regulamentada por este Regulamento.

§ 1º - A base para a fiscalização dos serviços a que se refere este artigo será o conjunto de fatores de avaliação que definem o nível de serviço adequado, conforme disposto na Lei Federal nº 8.987 de 13/02/95, ou outra que a substitua, a saber: qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade, generalidade, modicidade das tarifas, cortesia na sua prestação e segurança, bem como na legislação estadual e regulamentação pertinente.

§ 2º - Para os fins do disposto neste artigo, o PODER CONCEDENTE estabelecerá normas técnicas, indicadores e parâmetros para quantificação e aferição dos fatores a que se refere o parágrafo anterior, os quais estarão expressos, inclusive, no Contrato da CONCESSÃO.

Artigo 11 - O Poder CONCEDENTE exercerá no Sistema Rodoviário a que se refere este Regulamento, o poder de polícia administrativa, incluída a competência para impor multas aos infratores dos regulamentos aplicáveis.

Artigo 12 - A CONCESSIONÁRIA sujeitar-se-á à fiscalização da ARTESP, que poderá contar com a cooperação de Usuários.

§ 1º - No exercício da fiscalização, a ARTESP terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da CONCESSIONÁRIA, bem como às informações fornecidas de forma *online* e em tempo real pela Concessionária para integração com o Centro de Controle de Informações da ARTESP, ou demais sistemas especificados no Contrato da CONCESSÃO.

§ 2º - A fiscalização do serviço será feita pela ARTESP, que poderá contratar serviços de apoio à fiscalização, observado o disposto em sua Lei de Regência, bem como as normas deste Regulamento, o Edital de Licitação, o Contrato da Concessão e respectivos anexos.

CAPÍTULO V

Do Policiamento Ostensivo, Preventivo e Repressivo

Artigo 13 - As atividades policiais de caráter ostensivo, preventivo e repressivo e outras atribuídas por lei à Polícia Militar, serão exercidas no Sistema Rodoviário de que trata este Regulamento, pela Polícia Militar Rodoviária.

Parágrafo único - Os bens móveis e imóveis, materiais permanentes e de consumo, equipamentos e serviços de terceiros, necessários ao desempenho da atividade policial rodoviária no sistema, deverão, quando assim demandados, ser fornecidos pela CONCESSIONÁRIA, nos termos a serem estabelecidos no Edital de Licitação e no Contrato de CONCESSÃO.

CAPÍTULO VI

Das tarifas de pedágio e das outras receitas

Artigo 14 - Conforme o regramento constante do Edital de Licitação, do Contrato de Concessão e respectivos Anexos, e observando a forma e os limites estabelecidos e tais documentos, bem

como na legislação e regulação pertinentes, a CONCESSIONÁRIA poderá explorar as atividades e obter as receitas correspondentes, as quais poderão ser oriundas de:

- I. Tarifas de pedágio;
- II. Rendimentos decorrentes de aplicações no mercado financeiro;
- III. Serviços prestados ao Usuário;
- IV. Valores recebidos por seguro e por penalidades pecuniárias previstas nos contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros, bem como resultantes de execução de garantias oferecidas no âmbito dos contratos celebrados com terceiros;
- V. Receitas decorrentes do uso da faixa de domínio;
- VI. Cobrança por publicidade permitida em lei, na forma regulamentada pelo Poder Público;
- VII. Cobrança de implantação e manutenção de acessos, na forma regulamentada pelo Poder Público;
- VIII. Outras receitas que venham a ser regulamentadas pelo Poder Público ou propostas pela Concessionária, desde que autorizadas previamente pelo Poder Concedente e, nesse caso, observando, especialmente, as regras de compartilhamento de receitas e o regramento editalício específico;
- IX. Receitas decorrentes da prestação de serviços complementares.

Artigo 15 - As regras que definem a forma, os limites e os valores das tarifas de pedágio, bem como os critérios e a periodicidade de reajuste, além do regramento específico que incidirá sobre a exploração das receitas acessórias, serão estabelecidos no Edital de Licitação e no Contrato de CONCESSÃO e respectivos Anexos, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

CAPÍTULO VII

Dos Direitos e Obrigações dos Usuários

Artigo 16 - São direitos e obrigações dos Usuários:

- I. Receber serviço adequado;
- II. Pagar pedágio;
- III. Receber do PODER CONCEDENTE, da ARTESP e da CONCESSIONÁRIA, informações para defesa de interesses individuais ou coletivos;
- IV. Obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, observadas as normas do PODER PÚBLICO;

- V. Levar ao conhecimento da ARTESP e da CONCESSIONÁRIA as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- VI. Comunicar às autoridades competentes atos ilícitos praticados pela CONCESSIONÁRIA na prestação do serviço;
- VII. Contribuir para a conservação das boas condições dos bens públicos por meio dos quais lhes são prestados os serviços.

Artigo 17 - A ARTESP e a CONCESSIONÁRIA estimularão a participação da comunidade em assuntos de interesse do Sistema Rodoviário objeto da CONCESSÃO, tanto por meio da Plataforma Digital de Gerenciamento de Demandas, cujo acesso, nos termos do Contrato de CONCESSÃO, será franqueado a todos os interessados em propor melhorias ao Sistema Rodoviário objeto da CONCESSÃO, quanto por outras campanhas, ações e iniciativas apropriadas para esta finalidade.

Artigo 18 - O PODER CONCEDENTE providenciará, nos termos do Edital de Licitação e do Contrato de CONCESSÃO, as medidas para a declaração de utilidade pública dos bens e áreas necessárias à ampliação do SISTEMA RODOVIÁRIO, responsabilizando-se a CONCESSIONÁRIA pela promoção das desapropriações e servidões administrativas, bem como pelas respectivas indenizações, na forma autorizada pelo PODER PÚBLICO, nos termos do Contrato de CONCESSÃO.

Artigo 19 - Extinta a CONCESSÃO, retornam ao PODER CONCEDENTE todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à CONCESSIONÁRIA ou por ela implantados, no âmbito da CONCESSÃO, na forma prevista em lei e no contrato.

Parágrafo Único - Conforme o regramento conferido pelo Contrato da CONCESSÃO, os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário poderão ser transferidos para nova concessionária que eventualmente venha a suceder a Concessionária, de acordo com o trâmite, prazos e obrigações estabelecidos no Contrato da CONCESSÃO.

Artigo 20 - Cabe à Secretaria competente, nos termos das normas de organização administrativa vigentes no Estado de São Paulo, a disciplina, no que couber, da aplicação deste Regulamento, e o detalhamento das diretrizes específicas de procedimento licitatório nele referidos.

Artigo 21 - A ARTESP, no âmbito de sua competência legal, estabelecida pela Lei Complementar nº 914, de 14/01/2002, ou outra que a substitua, terá como atribuição

disciplinar e fiscalizar as atividades auxiliares, complementares ou decorrentes dos serviços delegados, bem como figurar na relação contratual como representante do Poder Concedente.